

GOTA DE LEITE

OAB Marília parabeniza maternidade pelos 92 anos

Divulgação



Maternidade Gota de Leite completa 92 anos de atividades em prol da comunidade mariliense

VULNERÁVEL

IPAM diz que índice de estupro pode ser muito maior

A juíza Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira, 1ª vice-presidente do Instituto Paulista de Magistrados (IPAM) e idealizadora e coordenadora do Eu Tenho Voz, projeto mantido pelo Instituto para prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes, analisou na segunda-feira (24) os dados recém-divulgados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública que registram um aumento de 8,6% nos casos de estupro de vulnerável — quando a vítima tem menos de 14 anos ou não tem capacidade para consentir.

Medidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os dados revelam que, a cada hora, pelo menos quatro meninas e meninos sofrem violência sexual no Brasil. Os casos totalizam 75,8% das notificações, somando 56.820 vítimas em todo país em 2022. Em 86% dos casos, os estupradores eram conhecidos da vítima, a maioria parentes, e as vítimas de crime sexual foram atacadas no próprio local onde residem.

“Há uma epidemia de abuso sexual infantil ocorrendo no país e a nossa sociedade ignora o problema, finge que nada está acontecendo. Os números divulgados agora são os maiores da série histórica e comprovam que durante a pandemia as crianças ficaram presas em casa, não puderam denunciar os abusos e sofreram caladas. É muito preocupante essa situação, pois o crescimento registrado refere-se apenas aos casos notificados, o que significa que esse índice pode ser ainda muito maior”, diz a juíza Hertha Helena de Oliveira.

Segundo a magistrada, “o abuso sexual infantil é um pro-

blema que existe em toda a sociedade, em todos os níveis sociais, independentemente de raça e religião, e quando chega ao conhecimento do Judiciário já está acontecendo há muito tempo e deixou sequelas que serão muito difíceis de serem curadas”.

Para a 1ª vice-presidente do IPAM, “a criança precisa receber orientação sobre essa questão desde cedo, e a escola tem ampla condição de fazer isso, porque a proteção de crianças e adolescentes é dever da família, da coletividade e do Estado. Além disso, não é incomum que as crianças passem mais tempo na escola do que com os próprios pais. Não existe nenhum antídoto melhor para o problema da violência sexual infantil do que a informação, e quando transmitida em um ambiente de confiança da criança, como a escola, esse pode ser o primeiro passo para enfrentarmos o problema”.

A juíza Hertha Helena de Oliveira destaca que o Projeto Eu Tenho Voz vem sendo reativado pelo IPAM desde 2016 nas escolas, de forma presencial, para prevenir e conscientizar crianças e adolescentes contra o abuso sexual. Nos 7 anos de existência do projeto, a iniciativa do IPAM já alcançou 33 mil crianças e adolescente e recebeu, apenas no ano passado, 350 denúncias de casos de abuso sexual e violência física e psicológica contra vulneráveis. O objetivo do projeto é levar informação e sensibilizar crianças e adolescentes sobre a violência e o abuso sexual e, ao mesmo tempo, capacitar profissionais da rede de proteção, notadamente os educadores das escolas do Ensino Fundamental

I e II, para escutar, acolher e denunciar os casos de violência identificados.

Por meio da apresentação da peça teatral “Marcas da Infância”, inspirada em casos reais, as crianças e adolescentes são conscientizadas sobre o problema e, após a exibição da peça, os magistrados voluntários do projeto levam informação para que as crianças possam buscar auxílio em casos de violência e interação ouvindo as crianças que procuram ajuda para denunciar os casos de abuso.

Sobre o IPAM

O Instituto Paulista de Magistrados é uma associação civil de cunho científico e cultural, sem finalidade lucrativa, idealizada para valorizar o Poder Judiciário e a Magistratura, e colaborar para o aprimoramento das instituições democráticas. Foi fundado em 8 dezembro de 1999, por 21 juízes de primeiro grau e conta atualmente com mais de 1 mil associados, entre membros titulares, colaboradores e honorários. Desenvolve estudos dos direitos internos e internacionais, promove pesquisas, incentiva projetos sociais e edita livros e revistas que favoreçam a divulgação da ciência jurídica e da cultura em geral. Mantém uma biblioteca com material específico relacionado ao Poder Judiciário; realiza eventos e debates sobre temas relacionados à magistratura e projetos em parceria com outras instituições visando fortalecer a sociedade e esclarecer informações sobre a posição e as atribuições dos profissionais do Judiciário, além de promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

SAÚDE

País deve ter 17 mil novos casos de câncer no colo do útero até 2025

O câncer no colo do útero foi responsável por 6.627 mortes no Brasil, em 2020. A estimativa do Ministério da Saúde é que, de 2023 a 2025, cerca de 17 mil mulheres sejam diagnosticadas com o tumor, causado pelo papilomavírus humano (HPV). Esse vírus é facilmente transmitido na relação sexual; isso porque apenas o contato com a pele infectada já é o suficiente para a contaminação.

“Estima-se que em torno de 70% a 80% da população, em geral, já teve algum contato com o vírus. Existem inúmeros tipos de vírus, mais de 50 tipos de cepas diferentes do vírus e não são todos eles que vão causar o câncer. Tem alguns que causam só verruga e outros que nem vão se manifestar”, explica a ginecologista Charbele Diniz.

A Campanha Julho Verde-Escuro chama a atenção para a importância de exames preventivos e do diagnóstico precoce dos chamados cânceres ginecológicos — aqueles que afetam um ou mais órgãos do aparelho reprodutor feminino. As ocorrências mais frequentes desse tipo de câncer no Brasil são de tumores no colo do útero, no corpo do útero e no ovário.

Diretrizes da OMS

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), é possível, no futuro, erradicar tumores malignos no colo do útero no Brasil. Para isso, é necessário que a população siga as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

As mulheres entre 25 e 35 anos devem fazer os exames preventivos e as pacientes que forem diagnosticadas com al-

terações devem receber o tratamento correto. As meninas e meninos entre 9 e 14 anos de idade devem se vacinar contra o HPV. Para aumentar a imunização, o ideal é que a vacina seja tomada antes da primeira relação sexual.

Desde 2014, o governo disponibiliza a vacina quadrivalente contra o HPV. Hoje, meninas e meninos entre 9 e 14 anos podem receber o imunizante no Sistema Único de Saúde. Além dos adolescentes, pessoas imunossuprimidas com até 45 anos também podem se vacinar na rede pública.

Apesar de a vacina estar disponível gratuitamente, muitos pais não levam seus filhos adolescentes para se vacinarem por uma falsa crença de que vão estimular uma iniciação sexual precoce.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Marília parabeniza a Associação Feminina Maternidade e Gota de Leite por seus 92 anos de serviços à população do município e região. A instituição comemora aniversário de fundação nesta sexta-feira, dia 28 de julho, e neste ano recebeu pela segunda vez o Prêmio Dr. Pinotti — Hospital Amigo da Mulher, da Câmara de Deputados.

Na avaliação do presidente da 31ª subseção, Tercio Spigolon, a Gota de Leite faz parte da história de do município que abriga sua sede. Ele observa que a instituição participa da vida dos marilienses há diversas gerações. “Trata-se de uma entidade de muito valor à sociedade e que merece todo respeito e admiração”, afirma o representante da OAB Marília.

O objetivo da Gota de Lei-

te, segundo própria maternidade, é “atender as gestantes e recém-nascidos do Sistema Único de Saúde (SUS) em sua integralidade com excelência e humanização, valorizando a vida e a família”. Parceira estratégica da Atenção Básica, o hospital afirma que tem como valores a promoção da saúde e também “humanização, respeito, ética, integralidade, profissionalismo e compromisso com a família”.

História

A instituição de saúde, conforme suas informações oficiais, foi fundada em 28 de julho de 1.931, como Associação Feminina de Marília Maternidade e Gota de Leite, oriunda “do espírito solidário da professora Lyris de Negreiros Rocha”. Lyris chegou a Marília pouco depois da fundação da cidade, “quando juntou-se às

irmãs Carolina e Maria Luiza Moraes Barros com o objetivo de assistir as parturientes carentes e seus bebês”. Elas receberam noções de puericultura dos médicos Manhães e Carlos Moraes Barros.

Elas passaram a visitar as casas para auxiliar nos primeiros cuidados aos bebês que nasciam sem assistência. Após doação de uma área na Avenida Nelson Spielmann iniciou-se a construção da maternidade, a partir da cozinha, segundo o hospital, “diante da necessidade de ferver o leite que era distribuído às crianças carentes”. Conforme o histórico da instituição, a primeira sala de parto foi instalada em 1947. “Desde então, a maternidade vem cumprindo a missão dos instituidores de dar assistência digna e de qualidade às parturientes e seus filhos”.

PESQUISA

Mais da metade dos brasileiros não consome bebida alcoólica

Divulgação



Diferente do que pode apontar o senso comum, o brasileiro não é tão adepto das bebidas alcoólicas

Apesar da fama mundial dos brasileiros como um povo que gosta de curtir festas, churrascos, encontros com a família e afins, um levantamento — realizado pelo Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) a pedido do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA) — mostra uma população tupiniquim bem diferente do senso comum. Segundo o estudo, mais da metade dos brasileiros — cerca de 55% da população — não bebe álcool. Os dados foram divulgados pela publicação Álcool e a Saúde dos Brasileiros: Panorama 2023 e entrevistou 1.983 pessoas. Para a amostra nacional, a margem de erro foi de no máximo 2 pontos percentuais, com 95% de intervalo de confiança. Além disso, os dados foram projetados para o total da população com 18 anos ou mais.

Lei Seca 15 anos: mistura de álcool e direção provoca 1,2 morte por hora

Dia do Combate ao Alcoolismo: 7 pontos para entender melhor a doença

Quando analisada a faixa etária em relação ao não consumo de álcool, 71% dos entrevistados tinham mais de 60 anos, 57% entre 45 e 59 anos, 57% entre 35 e 59 anos, 47% entre 25 e 34 anos; e 46% entre 18 e 24 anos.

Na análise de gênero, foi notado que 64% das mulheres brasileiras não bebem, sendo 45% para homens.

Além disso, a religião se provou um fator determinante para beber ou não álcool. Segundo a pesquisa, 73% dos evangélicos, 49% católicos e 45% que listaram outras religiões ou nenhuma não consomem nenhum tipo de álcool.

Recortes para o consumo de bebidas alcoólicas

A pesquisa estabeleceu três critérios do consumo de bebidas: os abstêmios (que não bebem), os moderados e os abusivos. O consumo abusivo é considerado a partir da ingestão de seis ou mais doses por ocasião e 17% dos brasileiros se enquadram nesta categoria enquanto 27% se consideram moderados. No recorte de gênero, o consumo moderado é 31% e 24% para homens e

mulheres respectivamente, enquanto 23% dos homens e 12% das mulheres admitem ter um consumo abusivo.

Sobre a quantidade de álcool, os resultados apontaram que 43% dos brasileiros entrevistados consideram 1 a 2 doses de álcool por dia como sendo consumo moderado, seguido de 18% que consideram 3 a 4 doses e 8% que considera 5 a 6 doses. A pesquisa considerou como uma dose padrão o critério brasileiros de ser 14 gramas de álcool puro, o equivalente a 350 ml de cerveja ou 150 ml de vinho ou 45 ml de destilado.

Frequência que o brasileiro consome álcool

Com relação à frequência do consumo de álcool, a maior parte dos brasileiros entrevistados afirma nunca consumir bebidas alcoólicas. Já entre os que consomem, 20% afirmam ingerir uma vez por semana ou a cada 15 dias, 14% bebem uma vez por semana e 7% de duas a quatro vezes por semana. Apenas 3% dos entrevistados disseram consumir cinco vezes ou mais por semana. A pesquisa também mostrou que os jovens (18-24 anos), são os que mais bebem uma vez por mês ou menos (20%). Já os que mais bebem de duas a quatro vezes por semana, equivalente a 9%, são os adultos jovens (25-34 anos). Com relação ao consumo abusivo, a maior porcentagem pratica esse tipo de consumo uma vez por mês ou menos.

Consumo de bebidas em determinadas ocasiões

Nas ocasiões em que as pessoas bebem, a maior parte dos entrevistados (39%), consomem 1 a 2 doses por ocasião. Já entre as mulheres, essa porcentagem sobe para 43%. Entre os que consomem, 3 a 4 doses, o percentual é igual entre homens e mulheres, sendo 24%. Desse modo, a maior parte dos entrevistados (63%) consome até 4 doses por ocasião.

Com relação ao consumo abusivo em determinadas ocasiões, a porcentagem de homens que declaram consumir no padrão considerado abusivo foi expressiva. 16% declararam ingerir de 5 a 6 doses, 5% de 7 a 9 doses e 18% consomem em média 10 ou mais doses. Entre as mulheres, o número é menor: 12%, 2% e 12% respectivamente.

A faixa etária de 60 anos é a que pratica o consumo abusivo com mais frequência: 17% afirmam consumir seis ou mais doses duas a quatro vezes por semana e 9% o fazem cinco vezes por semana ou mais. 75% dos consumidores abusivos acreditam que são consumidores moderados. Os dados se referem à frequência do consumo abusivo entre os entrevistados que se declararam consumidores de bebidas alcoólicas.

A pesquisa notou que os consumidores abusivos tendem a não se reconhecer como tal e também não se veem como suscetíveis aos riscos que o consumo abusivo traz.

COMIRNATY BIVALENTE

Anvisa dá registro definitivo para vacina bivalente contra covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, nesta segunda-feira (24), o registro definitivo da vacina Comirnaty bivalente contra a covid-19 da Pfizer.

O imunizante está indicado para a prevenção da covid-19 e pode ser utilizada por pessoas a partir de 5 anos de idade. A indicação é que o uso seja apenas como dose de reforço, ou seja, só pode ser aplicada em quem já se vacinou contra a doença, com aplicação pelo menos três meses após a última dose to-

mada.

A vacina já estava sendo utilizada no Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde (MS) de forma emergencial. Antes do registro definitivo, o produto era usado como dose de reforço para o público acima de 12 anos de idade com comorbidades e para maiores de 18 anos.

Bivalente

De acordo com a Anvisa, vacinas bivalentes dão maior proteção contra a doença,

pois contém uma mistura de cepas do vírus Sars-CoV-2. A Comirnaty bivalente é elaborada com a variante original, que é a cepa Wuhan, somada a uma variante de circulação mais recente, a cepa Ômicron.

No cenário internacional de regulação, a Comirnaty bivalente já tem uso autorizado pela Agência Europeia de Medicamentos (European Medicines Agency — EMA) e pela agência reguladora dos Estados Unidos (Food and Drug Administration — FDA).